

Brady admite que "muitas dúvidas permanecem" sobre redução de dívida

por Getúlio Bittencourt
de Washington

O secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Nicholas Brady, voltou a discursar ontem sobre o seu plano para a dívida externa do Terceiro Mundo, na reunião da tarde do Comitê Interino do Fundo Monetário Internacional (FMI), e reconheceu que "muitas dúvidas permanecem" em relação ao seu conteúdo.

Ele se declarou "muito encorajado pelo grande suporte internacional que tem sido expressado pelos conceitos e abordagem que divulgamos". No dia anterior, uma nota oficial do grupo dos sete países ricos apoiara todos os itens delineados no Plano Brady cerca de um mês atrás.

"Nós acreditamos que os princípios da corrente estratégia — a importância vital do crescimento econômico forte, reformas dos países devedores, apoio financeiro externo e uma abordagem caso-a-caso dos problemas individuais das nações — permanecem válidos", disse Brady. "Também é crucial que o Fundo e o Banco Mundial continuem a ter papéis centrais na estratégia, assistindo os países em desenvolvimento na formulação de sólidas políticas macroeconômicas e estruturais, e ajudando-os a catalisar apoio financeiro de outros credores."

O secretário do Tesouro insistiu nas reformas estruturais dos devedores e observou que "esforços especiais são necessários, da parte de programas do Fundo e do banco, para promover confiança nos programas econômicos e encorajar o fluxo de novos investimentos diretos e a repatriação de capital, como alternativas para novos débitos. O Fundo deve também desenvolver técnicas melhoradas para monitorar capitais expatriados para permitir pronta ação corretiva nos estágios iniciais".

Ele reiterou em seguida que "nós olhamos para a comunidade bancária para que apoie ativamente os esforços de reforma através da redução voluntária da dívida e do serviço da dívida, assim como da continuidade de novos empréstimos". Mas lembrou que, "para que esse processo possa avançar, o FMI e o Banco Mundial precisam ter um papel ativo. Nós sugerimos, por isso, que o

Fundo e o banco adaptem suas atuais políticas de empréstimos para apoiar especificamente programas de redução voluntária da dívida".

Além disso, acrescentou: "Nós acreditamos que as duas instituições devem tornar disponíveis apoio limitado para transações envolvendo significante redução de dívida ou de serviço da dívida". Mas Brady não avançou nenhum detalhe sobre o volume de recursos que seria liberado pelas duas agências internacionais.

SÓ CONCEITOS

Nem ele nem ninguém. O ministro da Fazenda da Alemanha, Gerhard Stoltenberg, ao tratar do tema em seu discurso, ontem, limitou-se a definir conceitos gerais. "Primeiro, os recursos do Fundo precisam ser comensuráveis com o objetivo e colocados no seu uso mais efetivo", explicou. "Segundo, o uso dos recursos do Fundo precisa ser em conformidade com seus objetivos como instituição monetária. Fortes e sólidas políticas de ajuste e reforma são uma precondição para cada programa e ação. Terceiro, o financiamento provido pelo Fundo precisa suplementar, e não substituir, outras fontes de financiamento como crescente poupança interna, repatriação do capital no exterior e, em particular, um apoio mais rápido e substancial dos bancos comerciais."

O governador do Banco Central do Japão, Satoshi Sumita, igualmente abordaria o tema em seu discurso da tarde perante o Comitê Interino do Fundo.

"Desde o ano passado, o Japão tem proposto um plano que consiste de alguns princípios básicos para ajudar a reduzir o problema da dívida dos países em desenvolvimento", recordou. "Primeiro, nós temos enfatizado que os países devedores precisam de acordo com o Fundo sobre programas de ajustamento econômico de prazo médio, e que os papéis do Fundo e do banco devem ser fortalecidos. Em segundo lugar, nós ressaltamos a importância de uma justa divisão de responsabilidades entre os países devedores, os bancos comerciais e as entidades oficiais, inclusive as entidades financeiras internacionais. É muito encorajador que esses pontos tenham sido incorporados na recente proposta do secretário Brady." (Ver matéria no quadro.)

"É necessário que o Fundo, assim como o banco, se movam rapidamente para viabilizar mecanismos que coloquem à disposição recursos de parte de seus desembolsos para reduções da dívida e novos fundos para apoiar a redução dos juros", sugeriu Sumita. Para isso, ele propôs um acordo imediato sobre a ampliação das cotas no Fundo. O Japão está disposto a aumentar sua participação, saltando para o segundo lugar, acima da Alemanha e da Inglaterra, e abaixo apenas dos Estados Unidos.

UM PASSO À FRENTE

O ministro da Fazenda brasileiro, Mailson Ferreira da Nóbrega fez uma apreciação do Plano Baker

em seu discurso da tarde. Ele notou que a conversão de dívida por investimento é um caminho interessante, mas limitado, porque dificulta o controle da inflação. E saudou como um passo no caminho certo a suspensão por três anos das cláusulas de partilha e preferência do pagamento, que facilitam programas de redução da dívida.

"A questão principal", acentuou Mailson, "é saber se os países devedores disporão de recursos ou do apoio necessários para realizar operações de recompra ou para promover melhoria adequada das ofertas de conversão. Resta portanto a questão: de onde virão os recursos necessários?"

Mailson saudou ainda a inclusão do tema da dívida no documento anual "Previsão Econômica Mundial", pela primeira vez, na versão preliminar divulgada ontem pelo Fundo Monetário Internacional. O documento, que segundo um estudo divulgado pelo próprio Fundo persistentemente faz previsões anuais erradas sobre a economia mundial (geralmente com números mais otimistas), estima que a inflação é o maior problema no horizonte das economias industriais, devendo ser de 4,7% neste ano e 4,5% em 1990 nos EUA, ante 3,4% em 1988.

A economia mundial, conforme o documento, deverá crescer 3,3% neste ano e 4,2% em 1990. A estimativa anterior do FMI era mais otimista, com um crescimento de 3,9% para a economia mundial neste ano. (Ver matéria ao lado.)